

## GÊNERO E MASCULINIDADES NA PRODUÇÃO DE VIOLÊNCIAS<sup>1</sup>

### GENDER AND MASCULINITIES IN THE PRODUCTION OF VIOLENCE

DANTAS FILHO, Ronaldo Braga<sup>2</sup>  
RESENDE, Gisele Cristina<sup>3</sup>  
NABERO, Ana Paula Pereira<sup>4</sup>  
FERREIRA, Breno de Oliveira<sup>5</sup>

#### Resumo

Esse artigo de revisão teórica tem como objetivo discutir a questão de gênero, sobretudo as masculinidades, e suas contribuições para a produção de violência no âmbito das relações humanas. Percorrendo a base teórica de autores como Judith Butler, Pierre Bourdieu e Raewyn Connell, esse artigo revisa a teoria acerca dos estudos das masculinidades e da masculinidade hegemônica e analisa dados referentes à violência praticada e sofrida por homens. Conclui-se que as construções hegemônicas da masculinidade têm potencial de influência sobre os atos de violência praticados pelos homens.

**Palavras-chave:** masculinidades; masculinidade hegemônica; gênero; violência.

#### Abstract

This theoretical review article aims to discuss the gender issue, especially the masculinities, and their contributions to the production of violence in the context of human relationships. Going through the theoretical basis of authors such as Judith Butler, Pierre Bourdieu and Raewyn Connell, this article reviews the theory about the studies of masculinities and hegemonic masculinity and analyzes data referring to the violence committed and suffered by men. It is concluded that the hegemonic constructions of masculinity have the potential to influence acts of violence committed by men.

**Keywords:** masculinities; hegemonic masculinity; gender; violence.

---

<sup>1</sup> **Agradecimentos:** FAPEAM – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Amazonas e CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, ambas apoiam o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFAM.

<sup>2</sup> Psicólogo e mestre em Psicologia pela UFAM. Email: ronaldodantaspsi@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Psicologia pela USP, com pós-doutorado em Psicologia pela UNB. É professora de carreira da UFAM. Email: gisele.resendefs@gmail.com

<sup>4</sup> Psicóloga e mestre em Psicologia pela UFAM. Email: anapnabero@gmail.com

<sup>5</sup> Doutor em Saúde Coletiva pela FIOCRUZ-RJ. Professor de carreira da UFAM. Email: breno@ufam.edu

## 1 - Os estudos de gênero e as masculinidades

Conforme discutido por diversos autores, gênero é um determinante social e deve ser considerado na compreensão dos processos que envolvem a saúde mental (SCOTT, 1995; ZANELLO, 2018). As reflexões sobre gênero foram impulsionadas pelo movimento feminista, que se destacou no âmbito desses estudos, e a partir dele o conceito de gênero foi continuamente discutido e aprimorado. Dessas lutas e empreitadas feministas, compreendeu-se que os comportamentos esperados a partir dos gêneros não são oriundos de uma natureza biológica, mas sim de construções sociais e culturais que são difundidas, reproduzidas e naturalizadas ao longo do tempo. Esse movimento ampliou a concepção de que o gênero é determinado por aspectos biológicos, tendo como referência a autora Judith Butler (2003). Para esta autora, o sexo está para a natureza assim como o gênero está para a cultura, trazendo a ideia da *performatividade* do gênero. Nesse sentido, a Butler afirma que “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (p. 59).

Deste modo, gênero não se trata somente de uma representação ou conjunto de características culturalmente construídas para determinados sujeitos, mas “também é o meio discursivo/cultural pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura” (BUTLER, 2003, p. 25). O gênero representa também um discurso social, que pode ser utilizado para controle nas relações humanas ou não, a depender do contexto no qual é pensado e utilizado enquanto mecanismo de regulação.

Sobre os aspectos da regulação, Pierre Bourdieu (2020), ao discorrer sobre a dominação masculina e os mecanismos que mantêm essa estrutura de opressão, argumentou que:

O trabalho de construção simbólica [...] se realiza em uma transformação profunda e duradoura dos corpos (e dos cérebros), isto é, em um trabalho e por um trabalho de construção prática, que impõe uma *definição diferencial* dos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais, e tende a excluir do universo do pensável e do factível tudo que caracteriza pertencer a outro gênero (p. 45).

Nessa perspectiva, a construção do que significa ser homem ou mulher ocorre através de uma negociação entre as possibilidades e impossibilidades – simbólicas e práticas - que são dadas a cada sujeito a partir de seu gênero dentro da cultura em que está inserido. A partir desses discursos reproduzidos, relações se formam entre os sujeitos concretos que denotarão posições de dominação, poder e privilégio ou submissão e subordinação.

Concepções atuais entendem o gênero como performativo e relacional (BUTLER, 2003). Portanto, não é entendido como algo estático, permanente ou dado por uma natureza do sujeito, mas construído nas próprias relações entre os indivíduos, a partir de discursos e práticas que são apreendidas por meio de uma repetição estilizada e performática de atos e ideias até o ponto onde se cria uma noção equivocada de substancialização, ou seja, que aquela seja a natureza ou a essência (ou substância) do sujeito em virtude de seu sexo biológico.

A perspectiva relacional de gênero permitiu o desenvolvimento do campo de estudos das masculinidades, que, similarmente com o que ocorreu no movimento das mulheres, passou pelo processo de desconstrução da masculinidade universal, pensando homens a partir de suas similaridades e também suas diferenças, como interseções de raça, cultura, sexualidade, dentre outras. Passou a compreender-se, assim, que nem todos os homens vivenciam a masculinidade da mesma maneira. Dessa forma, as masculinidades são também entendidas como sendo sempre relacionais, por exemplo, o homem branco em relação ao homem negro, o homem pobre em relação ao homem rico, o homem heterossexual em relação ao homem homossexual, dentre as diversas variáveis que podem influenciar essas expressões (BENTO, 2012).

Diante da discussão proposta é importante ressaltar que, ao se falar em masculinidades, não se pode associar a uma essência masculina, que é natural de ser homem ou de sujeitos que nascem com o sexo masculino. Uma repercussão importante pensada a partir da perspectiva relacional de gênero foi a de rompimento com a naturalização do binarismo sexual (BUTLER, 2003). Passa-se a compreender que não há continuidade entre os corpos sexuados e os gêneros culturalmente construídos, e que o sexo biológico não necessariamente exprime a *performance* de gênero correspondente.

O que é concebido socialmente e conceitualmente enquanto masculinidade e feminilidade é simplesmente parte da experiência humana em todas as suas complexas nuances e pode se manifestar em qualquer sujeito independente da sua característica sexual biológica. Portanto, entende-se que assim como são múltiplas e diversas as masculinidades e suas manifestações entre os homens, também é possível observá-las em mulheres, bem como as feminilidades em homens.

Os homens são comumente socializados por meio de familiares, amigos, colegas, instituições como escola e igreja, pela mídia, dentre outros, para adotar determinados padrões de masculinidade dominantes naquele contexto. Desde antes do seu nascimento, determinadas condutas são esperadas desse sujeito, moldando-o de acordo com as prescrições culturais existentes para seu gênero, ocasionando com que durante o seu desenvolvimento esse indivíduo

busque se ajustar a essas expectativas criadas sobre si a partir de seu contexto familiar, cultural e de significações de masculinidade, podendo assumir uma masculinidade hegemônica.

## **2 - Masculinidade hegemônica**

Um dos conceitos mais importantes desenvolvidos no campo de estudos das masculinidades foi o de Masculinidade Hegemônica, proposto por Raewyn Connell em seu livro denominado *Masculinities*, publicado originalmente em 1995. A masculinidade hegemônica é definida como um padrão de práticas - ou seja, coisas feitas e ditas, expectativas, identidades – por meio das quais os homens se expressam e se comportam na sociedade, e permitem que a dominação sobre mulheres e outros homens continue preservando posições privilegiadas dentro da hierarquia social (CONNELL, 2005).

Ao contrário do que se pode pensar, a masculinidade hegemônica não se dá a partir de uma maioria estatística. Não se trata de um ideal de masculinidade o qual a maior parte dos homens necessariamente adotará e talvez não exista um homem que a incorpore em sua totalidade. Porém, ao mesmo tempo trata-se de um padrão ao qual os homens precisam se posicionar, aceitando-o, rejeitando-o, questionando-o, dentre as diversas possibilidades de interação com esse ideal de gênero. Essas práticas são construídas, reveladas e transformadas ao longo do tempo, tanto em um nível individual, como nos níveis regional e global (CONNELL, 2005; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013)

A masculinidade hegemônica também não pode ser entendida como uma entidade de caráter fixa ou um traço de personalidade que se manifestará sempre de maneira similar nos sujeitos em diversos lugares. É um padrão de práticas que será construído dentro de um contexto cultural, nas relações que são estabelecidas entre os indivíduos daquela região e que resultarão inevitavelmente em disputas de poder dentro das relações de gênero. A forma de masculinidade mais exaltada pode variar entre culturas, na mesma cultura ao longo do tempo e também a partir de outras variáveis que perpassem esses sujeitos, como classe, raça, etnia, dentre outras.

O conceito de masculinidade hegemônica deriva também do conceito de hegemonia de Antonio Gramsci, que se refere à dinâmica pela qual um grupo reivindica e sustenta uma posição de superioridade na sociedade (CONNELL, 2005). Nesse sentido, de forma similar àquela descrita por Gramsci (2007), quando formulou acerca da liderança e coerção exercidas pelas classes dominantes diante das subalternas com o objetivo de manutenção da hegemonia, a masculinidade hegemônica dominante em um determinado contexto incorpora nos sujeitos que a reproduzem a legitimação ao patriarcado e a dominação dos homens sobre as mulheres e outros homens, garantindo assim a manutenção e a perpetuação dessa posição hegemônica de

poder, superioridade e privilégios em relação a outros grupos (SAAVEDRA, 2004; OLIVEIRA-JUNIOR, 2020).

A masculinidade hegemônica é construída em oposição à feminilidade e outras formas subordinadas de masculinidade, além de ser alcançada indiretamente nas práticas culturais e institucionais, que acabarão por legitimar também essa hegemonia em um contexto mais amplo. Ou seja, não necessariamente a perpetuação dessa hegemonia decorrerá da utilização da violência, mas pela própria reivindicação da autoridade e do poder, embora a violência também possa ser uma ferramenta ao garantir a manutenção desse sistema.

A hegemonia é, então, estabelecida a partir da correspondência nas relações da vida individual e coletiva com esses padrões de práticas que são reproduzidos de maneira predominante na cultura e nas relações sociais (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). No entanto, esse padrão hegemônico não é estático, estando sujeito a contestações e modificações ao longo do tempo e de acordo com a necessidade de encontrar soluções para garantir sua perpetuação. Assim, deve-se sempre levar em consideração esse processo de mudança ininterrupta que se imporá a qualquer definição hegemônica de masculinidade - mudança essa que, por sua vez, também constantemente transformará essas relações em uma reconfiguração contínua.

Deste modo, supõe-se a pluralidade e a multiplicidade possíveis na construção das masculinidades e nas relações criadas entre elas. Buscando oferecer uma ferramenta de análise diante da complexidade desse fenômeno, Connell (2005) propôs quatro relações principais com a masculinidade hegemônica: reforçamento da hegemonia, subordinação, cumplicidade ou marginalização.

No caso do reforçamento da hegemonia, consideram-se aquelas masculinidades que representam o ideal a ser alcançado ou que é exaltado em um determinado contexto. Já as relações de subordinação representam aquelas determinadas masculinidades entendidas como inferiores ou menos dignas, que podem ser exemplificadas com a dominação de homens heterossexuais frente a homossexuais, o que resulta frequentemente em episódios de homofobia, ridicularização, preconceitos e exclusões que são sentidos pelos sujeitos vítimas de tais ações, colocando-os em uma posição inferior na hierarquia do que significa ser homem.

A relação de cumplicidade, por sua vez, implica certas vantagens para os sujeitos que, embora não sejam a reprodução fiel e total dos ideais hegemônicos de masculinidade, ainda se beneficiam, em alguma medida, da masculinidade hegemônica. Por fim, a marginalização refere-se, principalmente, às masculinidades que são excluídas ou diminuídas a partir de marcadores étnicos e raciais. Um exemplo a ser citado é o grande número de atletas de futebol

- estrelas em nosso país - que são negros e meio do esporte reforçam os ideais hegemônicos de masculinidade. Porém, por outro lado, o fato de esses atletas negros serem exemplos no reforçamento desse ideal não significa que esse fator conferirá privilégios aos homens negros em geral. Ao contrário, estes ainda continuarão em uma posição de marginalização diante dos homens brancos.

Acerca dessas relações de poder e dominação, Bourdieu (2020) acrescenta que:

O poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque o *constroem* como poder. [...] Essa construção prática, longe de ser um ato intelectual consciente, livre, deliberado de um “sujeito” isolado, é, ela própria, resultante de um poder, inscrito duradouramente no corpo dos dominados sob forma de esquemas de percepção e de disposições (a admirar, respeitar, amar etc.) que o tornam *sensível* a certas manifestações simbólicas do poder (p. 72).

A partir dessa reflexão acerca do poder simbólico e como pode incidir nos corpos, um aspecto importante na tentativa de compreender como ocorre a reprodução desses ideais hegemônicos de gênero são as denominadas tecnologias de gênero. Segundo Lauretis (1994), essas tecnologias são representadas por instituições como a mídia, tribunais, escolas e até mesmo as famílias, responsáveis por realizar a construção social do gênero em um nível prático. Nesses espaços privilegiados de socialização são reproduzidos e legitimados discursos que definem e regulam os sujeitos.

Essa representação social do gênero afeta sua construção subjetiva, ou sua autorrepresentação, que, por sua vez, também influenciará na construção social como um todo. A posição de cada sujeito nessa hierarquia social traz consigo significados, prestígios ou desprestígios, sendo um importante fator de constituição e subjetivação dos sujeitos, influenciando nos *scripts* comportamentais e culturais que serão as normas do gênero (LAURETIS, 1994; MENESES; BARRETO; NASCIMENTO, 2021).

Além disso, também é importante ressaltar que embora a discussão da masculinidade hegemônica passe por reconhecer os padrões hegemônicos reproduzidos nos discursos e nas tecnologias de gênero, esta não pode ser vista apenas como uma norma cultural, uma vez que as relações de gênero – e suas assimetrias – fazem parte da constituição de muitas práticas em nossa sociedade, tais como a divisão sexual do trabalho, a diferença salarial entre homens e mulheres, trabalho doméstico, sexualidade e violência (BOURDIEU, 2020).

Considerando a importância da formulação desse conceito e sua relevância para a análise das masculinidades, suas aplicações foram diversas desde seu surgimento. Exemplos incluem o estudo das relações entre masculinidade e *bullying* nas escolas, a ocorrência de

crimes, as representações do homem na mídia, determinantes de saúde e da prática psicológica com homens, além de múltiplos estudos etnográficos voltados para compreender as configurações específicas de masculinidade em determinados contextos culturais e institucionais (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

### **3- As masculinidades no contexto brasileiro**

No âmbito das configurações práticas das masculinidades encontradas hoje no campo social do nosso país, observa-se dentre suas características uma exacerbação da agressividade e da violência (ZANELLO, 2018). Além disso, a masculinidade deve ser constantemente provada. Assim, homens engajam-se em atividades de risco com o objetivo – consciente ou inconsciente - de reafirmar sua condição de homem e sua masculinidade. Desde a infância, os meninos são iniciados nessa construção a partir de diversos ritos de passagem que marcam em seus corpos a virilidade (KIMMEL, 2016). Um exemplo que pode ser citado é o esporte, que possui *status* central na construção e reafirmação da masculinidade

Zanello (2018), ao estudar a construção das masculinidades levando em consideração o contexto histórico-cultural brasileiro, observou a predominância do dispositivo da eficácia. Os dispositivos, tal como definiu Foucault (1996), tem sempre a função de formar sujeitos. E esse dispositivo cria um caminho privilegiado de subjetivação para homens, sendo formulado e mantido através das diversas tecnologias de gênero existentes em nosso meio social, desde produções da mídia a exemplos comportamentais recorrentes no cotidiano dos sujeitos. Por meio do dispositivo da eficácia, que traz em seu bojo a exaltação das virilidades sexual e laborativa, as masculinidades são forjadas e os sujeitos são influenciados a buscar esses ideais de comportamento.

Ao longo da história das sociedades ocidentais, a virilidade permaneceu relativamente constante enquanto valor principal da masculinidade, principalmente com a ideia de dominação sobre outros sujeitos considerados inferiores, como mulheres, escravos e homens mais jovens, e, na Modernidade, esse processo não foi diferente. Assim, após a revolução industrial e com o advento do capitalismo e neoliberalismo, a afirmação dessa dominação passou a ser exercida sobretudo no âmbito do trabalho, por meio do acúmulo de dinheiro, posses, e, conseqüentemente, poder e *status* social. A esta necessidade de afirmar a masculinidade a partir da competição entre quem possui mais dinheiro e posses dentro do dispositivo da eficácia, Zanello (2018) denominou virilidade laborativa.

Além da virilidade laborativa, também é bastante exaltada, no contexto cultural brasileiro, a virilidade sexual. De acordo com Zanello (2018), esta se manifesta a partir de dois

polos: o primeiro, no sentido de produzir *performances* e comportamentos, sobretudo sexuais, como, por exemplo, a necessidade de ter um bom desempenho sexual, variedade de parceiras e postura sexual ativa. No outro polo, interditando comportamentos indesejados, como a passividade no âmbito sexual. Assim, um homem de verdade deve provar sua masculinidade também a partir de sua *performance* sexual e da quantidade de parceiras com quem se relaciona, além de rejeitar qualquer possibilidade de relações homossexuais, afirmando dessa maneira seu heterossexismo. É como se na relação sexual também estivesse contida a noção de produtividade, eficácia e eficiência que norteia a virilidade laborativa (NOLASCO, 1995).

De maneira similar, a virilidade sexual também é revestida de grande relevância. Portanto, quando há a impossibilidade de que esse ideal seja atingido, é colocado em xeque o dispositivo da eficácia e, por consequência, a masculinidade como um todo (ZANELLO, 2018). Exemplos que podem ser citados são os casos de homens, que, com o avanço da idade, apresentam sofrimento em decorrência da perda de potência sexual, além do caso de homens homossexuais, que em virtude de sua orientação sexual, descumprem uma das regras fundamentais da masculinidade: a ênfase no heterossexismo e postura sexual ativa. Assim, não é incomum o relato de homens gays que buscam compensar essa “falta” de virilidade sexual no outro aspecto do dispositivo da eficácia: a virilidade laboral.

Portanto, é possível constatar que o dispositivo da eficácia consiste não apenas da leitura social que os homens recebem, mas também possui um caráter identitário forte. Assim, homens que não se encaixem nessas prescrições ou que não consigam cumpri-las, seja no âmbito laborativo ou sexual, estão sujeitos a adoecimentos psíquicos que decorrem diretamente dos processos de construção de gênero e concepções de masculinidade hegemônica vigentes em seu contexto.

Desse processo de subjetivação decorre a grande importância dada ao trabalho por parte dos homens, que é significado por eles a partir de valores como a honra, dignidade, virilidade e, até mesmo, a própria masculinidade. Não à toa, o desemprego e as dificuldades materiais podem gerar grande sofrimento psíquico para eles, que, no âmbito dessa visão hegemônica de masculinidade, tem para si a função de ser o provedor para sua família (ZANELLO, 2018).

Por fim, na constituição das masculinidades e do que significa ser homem, a agressividade e a violência parecem ser características importantes (GROSSI, 2004; ZANELLO, 2018). Além disso, a masculinidade deve ser constantemente provada (KIMMEL, 2016). Assim, os meninos são envolvidos desde cedo em diversos tipos de ritos de passagem que em larga escala envolvem violência física, marcando no corpo a masculinidade e virilidade, como, por exemplo, por meio do esporte, que possui um *status* central na constituição da

masculinidade. Para os homens, assim como para as mulheres, a educação se faz por mimetismo, e no caso dos homens esse mimetismo se dá também por meio de violências.

#### **4 - A violência e a masculinidade**

A violência foi apontada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em relatório de 2002, como um problema de saúde pública global e definida como:

O uso intencional de força física ou poder, real ou em ameaça, contra si próprio, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG *et al.*, 2002, p. 5).

Essa definição associa a violência à intencionalidade do ato, excluindo-se, portanto, nessa classificação, os incidentes não-intencionais. Além disso, classifica-se como autodirigida, como nos casos de suicídio e automutilação; além de dirigida a outra pessoa (violência interpessoal), que, por sua vez, se subdivide em violência da família e de parceiro íntimo e violência comunitária; e, por fim, pode ser direcionada a uma comunidade (violência coletiva), quando se refere à violência perpetrada por grupos maiores como Estados, organizações terroristas ou de milícia, dentre outros. A violência pode ainda ser tipificada, a partir de sua natureza, em: violência física, sexual, psicológica e envolvendo privação ou negligência (KRUG *et al.*, 2002).

A OMS argumenta ainda que embora a violência sempre tenha feito parte da história da humanidade, não deve ser aceita como parte da condição humana, mas trabalhada a partir da perspectiva da prevenção de sua ocorrência e da redução de seus impactos. Pode ser aprovada ou desaprovada e encarada como lícita ou ilícita de acordo com as normas sociais mantidas nos contextos de sua ocorrência. É, portanto, um conceito mutante, que não pode ser analisado à parte da sociedade e das especificidades do contexto em que ocorre. Assim, formas culturalmente naturalizadas de violência, como agressões familiares, interpessoais, contra a criança e o adolescente, bem como discriminações raciais ou de gênero, constituem um ambiente adverso que podem potencializar a ocorrência de atos violentos e devem ser observados nos estudos a respeito do assunto (KRUG *et al.*, 2002; MINAYO, 2006).

Não existe um fator único que explique, determine ou preveja a violência, que é compreendida como a interação complexa entre múltiplos fatores. O modelo ecológico do entendimento da violência, preconizado pela OMS, a considera como resultado de pelo menos quatro níveis de influência sobre o comportamento, a partir dos fatores (1) individuais, (2)

relacionais, (3) comunitários e (4) sociais (KRUG *et al.*, 2002; DAHLBERG; KRUG, 2006; MINAYO, 2006).

No primeiro nível, busca-se identificar fatores biológicos e pessoais que possam favorecer a ocorrência de violência. Já no segundo, exploram-se como as relações interpessoais do sujeito podem aumentar o risco de atos violentos. No terceiro nível, são considerados os contextos comunitários locais onde tais relações ocorrem, entendendo que aspectos como pobreza elevada e ausência da ação do poder público podem favorecer a ocorrência da violência. Por fim, no último nível, consideram-se fatores sociais mais amplos, como as normas culturais a que os sujeitos são submetidos em determinadas sociedades, a exemplo de concepções tradicionais e rígidas acerca de gênero e das masculinidades (KRUG *et al.*, 2002; DAHLBERG; KRUG, 2006; MINAYO, 2006).

Estatísticas globais apontam que uma em cada três mulheres, que já tiveram parceiros íntimos, sofreram violência física ou sexual (OMS, 2015). Em 2020, no Brasil, 58% dos feminicídios e 66% dos casos de agressão foram praticados por maridos, namorados ou ex-companheiros (RAMOS, 2021). A violência por parceiro íntimo é a forma mais comum de violência contra as mulheres no mundo inteiro (WHO, 2018), o que denota que essas ocorrências são constitutivas da organização social (SILVA, 2014).

Segundo o Atlas da Violência 2021, no Brasil, no ano de 2019, foram registrados 1.246 homicídios de mulheres nas residências, o que representa 33,3% do total de mortes violentas de mulheres registradas. Esse dado das mortes que ocorrem nas residências é utilizado pelo Atlas da Violência como *proxy* para detectar os casos de feminicídio, uma vez que os dados gerados oficialmente pelo sistema de saúde não tipificam a causa da morte dessa maneira. Na análise dos últimos onze anos (2009-2019), enquanto os homicídios de mulheres nas residências cresceram 10,6%, fora da residência reduziu 20,6%, o que sugere um provável crescimento da violência doméstica.

É certo que também são praticadas agressões por parte de mulheres contra seus parceiros. No entanto, acredita-se que a violência de gênero praticada por homens contra mulheres e contra outros homens ocorre mais frequentemente em função dessa socialização voltada para demonstrações de força, agressividade e manutenção da dominação (SAFFIOTI, 2001).

Bandeira (2014), nesse sentido, argumenta que:

A violência de gênero, gerada na intimidade amorosa, revela a existência do controle social sobre os corpos, a sexualidade e as mentes femininas, evidenciando, ao mesmo tempo, a inserção diferenciada de homens e mulheres na estrutura familiar e societal,

assim como a manutenção das estruturas de poder e dominação disseminadas na ordem patriarcal. Em outras palavras, equivale a dizer que a violência física e sexual está sendo mantida como forma de controle, já que se ancora na violência simbólica (BANDEIRA, 2014, p. 459).

A Associação Americana de Psicologia (APA) publicou em 2018 um guia que tem o objetivo de nortear a prática profissional com homens e meninos, reconhecendo que a maneira com a qual esses sujeitos vivem suas masculinidades pode trazer consequências negativas a si próprios e aos outros que com eles convivem (APA, 2018).

Para Bourdieu (2020), a dominação masculina é um produto histórico e socialmente construído por agências específicas de reprodução. Isto é, homens com suas armas, como a violência física e a violência simbólica, e as instituições, como famílias, Igreja, Escola, Estado, contribuem para a orquestração das relações de perpetuação da dominação masculina. E, por meio dessas relações acumuladas instintivamente, esquemas inconscientes da ordem masculina são produzidos.

Em diversos estudos realizados no Brasil, concepções tradicionais e rígidas de masculinidade foram associadas à violência (CORTEZ; SOUZA, 2010; GARCIA; BEIRAS, 2019). Por vezes, em seus discursos, homens justificaram violências por meio de comportamentos supostamente naturalizados em virtude de seu gênero, entendidos como expressão normal da masculinidade. O uso de álcool e drogas, a desmoralização da vítima de estupro, a desqualificação da negativa feminina, o ciúme e a traição foram motivos elencados como plausíveis para a prática de violências (CECCHETTO *et al.*, 2016; OLIVEIRA *et al.*, 2016; BRILHANTE; NATIONS; CATRIB, 2018).

Por outro lado, os próprios homens também sofrem as consequências da violência. De acordo com o Atlas da Violência 2021, por exemplo, homens adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos apresentam os maiores riscos de serem vítimas de homicídio no Brasil. O homicídio é, inclusive, a principal causa da morte de jovens nessa faixa etária. Dos 45.503 homicídios registrados em 2019, 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos. Entre esses, 93,9% são homens (CERQUEIRA *et al.*, 2021). Também se observa que os homens constituem maioria entre vítimas de violência atendidas em serviços de urgência e emergência hospitalares (SOUTO *et al.*, 2017).

No período analisado pelo Atlas da Violência 2021 (2009-2019), todos os Estados no país apresentaram queda nas taxas de homicídio, exceto o Amazonas, onde a porcentagem subiu 1,6%. Além disso, outros estados da região Norte também figuram entre os primeiros lugares na taxa de homicídios por 100 mil habitantes, como no caso de Acre, Amapá, Pará e Roraima.

Isso denota que essa problemática parece ser ainda mais evidente no âmbito da região Norte do Brasil (CERQUEIRA *et al.*, 2021).

Outro dado relevante é que no Brasil homens apresentam risco 3,8 vezes maior de cometer suicídio em relação às mulheres. Esse dado também se repete no âmbito global e é explicado em função de uma maior agressividade por parte dos homens, que os levam ao emprego de métodos mais letais, além de fatores como maior acesso a armas de fogo e outros objetos letais, e maior suscetibilidade aos impactos de instabilidades econômicas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021). Os achados de Wong, Wang e Miller (2016) indicam também que a conformidade com padrões de masculinidade tem associação significativa com pior *status* de saúde mental e, principalmente, menor busca por serviços de saúde mental.

### **Considerações finais**

A partir da discussão teórica percorrida e dos dados expostos, é possível concluir que a construção hegemônica de masculinidade surge como problema para aqueles com quem os homens convivem, uma vez que sua socialização voltada para demonstrações de virilidade e agressividade pode levar a um risco maior de práticas de violências contra pares e contra parceiros íntimos. Além disso, afetam também aos próprios homens, que lideram as estatísticas enquanto vítimas de homicídio e suicídio. Portanto, considera-se que as tecnologias de gênero estão fortemente presentes na vida cotidiana dos sujeitos, afirmando e regulando formas aceitáveis e reprováveis de estabelecer gêneros.

Com base somente nesse estudo, não se pode concluir uma relação de causa e efeito entre as construções das masculinidades e as violências, entretanto, foi possível observar, a partir das reflexões da literatura, que fatores ligados à noção de masculinidade hegemônica entre os homens, parecem favorecer a ocorrência de violência em diferentes contextos. Os homens são perpassados por expectativas de gênero que podem originar sofrimento psíquico para si e transformar-se em ações violentas que irão afetar aos outros.

Dessa maneira, torna-se fundamental o aprofundamento nos estudos das relações entre masculinidades e violências visando compreender melhor o fenômeno e minimizar o impacto dessa problemática. Destaca-se que é necessária a responsabilização e implicação dos homens nesse processo, que podem também se tornar agentes de mudança e atualização de suas próprias masculinidades. Mais ainda, acredita-se na importância de um debate amplo e aprofundado com o objetivo de propiciar um ambiente favorável à construção de novas concepções de masculinidade, que sejam mais inclusivas, plurais, e que tragam menos sofrimentos para a vida dos homens, das pessoas que convivem com eles e da sociedade como um todo.

## Referências

- APA - AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. “APA - guidelines for psychological practice with boys and men”. Washington DC, 2018. Disponível em: <https://bitly.com/MI7Fs>
- BANDEIRA, L. M. “Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação”. *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2. Brasília, 2014.
- BENTO, B. “Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova”. Rio de Janeiro: *Ciência e Saúde Coletiva*, 17 (10), 559-568, 2012
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand. 2020
- BRILHANTE, A.; NATIONS, M.; CATRIB, A. “Taca cachaça que ela libera”: violência de gênero nas letras e festas de forró no Nordeste do Brasil”. *Cadernos de Saúde Pública[online]*, v. 34, n. 3, 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/uceky2mx>
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- CECCHETTO, F.; OLIVEIRA, Q.; NJAINE, K.; MINAYO, M. “Violências percebidas por homens adolescentes na interação afetivo-sexual em dez cidades brasileiras”. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*. v. 20, n. 59, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0082>
- CERQUEIRA, D (org.). *Atlas da violência 2021*. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.
- CONNELL, R. *Masculinities*. 2nd edition. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2005.
- CONNELL, R., MESSERSCHMIDT J. “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito”. Florianópolis: *Revista Estudos Feministas*, 21 (1), 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/y8mwjrj6>
- CORTEZ, M.; SOUZA, L. “A violência conjugal na perspectiva de homens denunciados por suas parceiras”. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 2010. Disponível em: <https://tinyurl.com/yzfdt3ar>
- DAHLBERG, L.; KRUG, E. “Violência: um problema global de saúde pública”. *Ciência & Saúde Coletiva [online]*. 2006, v. 11, n. suppl, pp. 1163-1178. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007>.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GARCIA, A.; BEIRAS, A. “A Psicologia Social no estudo de justificativas e narrativas de homens autores de violência”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45-58, 2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225647>

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Maquiavel. *Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GROSSI, M. “Masculinidades: Uma Revisão Teórica”. *Antropologia em primeira mão*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

KIMMEL, M. “Masculinidade como homofobia: medo, vergonha e silêncio na construção de identidade de gênero”. Natal: *Equatorial*, v. 3, n.4, p. 97-124, 2016.

KOSCIW J., GREYTAK, E., GIGA, N., VILLENAS, C., & DANISCHEWISKI, D. “The 2015 National School Climate Survey: The experiences of lesbian, gay, bisexual and transgender youth in our nation’s schools”. New York: *GLSEN*, 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/7by9uf9c>

KRUG, E. *et. al. Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

LAURETIS, Teresa de. *A tecnologia do gênero*. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-241.

MENESES; R.; BARRETO, T.; NASCIMENTO, L. “O poder punitivo e as tecnologias de gênero: leituras pós-estruturais”. *Cadernos Cajuína*, v. 6, n. 1, 2021.

MINAYO, M. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil*. Boletim Epidemiológico, v. 52, n. 33. Brasília, 2021.

NOLASCO, S. *O Mito da Masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

OLIVEIRA JUNIOR, G.C. de. O conceito de hegemonia em Gramsci: possibilidades de compreensão a partir da educação. *Org & Demo*, Marília, v. 21, n. 2, p. 159-174, 2020.

OLIVEIRA, Q.; ASSIS, S.; NJAINE, K.; PIRES, T. “Violência Física Perpetrada por Ciúmes no Namoro de Adolescentes: Um recorte de Gênero em Dez Capitais Brasileiras”. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 32, n. 03, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-3772e32323>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Relatório mundial sobre a prevenção da violência 2014*. São Paulo: Núcleo de estudos da violência da Universidade de São Paulo, 2015.

RAMOS, S. (coord.). *A dor e a luta: números do feminicídio*. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESeC, março de 2021.

SAAVEDRA, L. “Diversidade na identidade: a escola e as múltiplas formas de ser masculino”. Porto: *Psicologia Educação e Cultura*, v. 8, n. 1, p. 103-120, 2004.

SAFFIOTI, H. “Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero”. Campinas: *Cadernos Pagu* (16), p. 115-136, 2001.

SCOTT, J. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Porto Alegre: *Revista Educação & Realidade*, 20 (2), p. 71-99, 1995.

SILVA, J. R. T. “Masculinidade e violência: formação da identidade masculina e compreensão da violência praticada pelo homem”. 18o REDOR. Recife: *Universidade Federal Rural de Pernambuco*, 2014.

SILVA, L., SILVA, E. “Masculinidades no contexto escolar: como a temática é abordada em artigos publicados em dossiês periódicos nacionais”. *Revista Diversidade e Educação*, v. 7, n. 2, p. 20-44, 2019.

SOUTO, R.; BARUFALDI, L.; NICO, L.; FREITAS, M. “Perfil epidemiológico do atendimento por violência nos serviços públicos de urgência e emergência em capitais brasileiras, Viva 2014”. *Ciência & Saúde Coletiva*. v. 22, n. 9, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.13342017>

WONG, Y. J., Ho, M.-H. R., WANG, S.-Y., & MILLER, I. S. K. (2016). “Meta-Analyses of the Relationship Between Conformity to Masculine Norms and Mental Health-Related Outcomes”. *Journal of Counseling Psychology*. Advance online publication. <http://dx.doi.org/10.1037/cou0000176>

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Violence against women prevalence estimates, 2018*. Geneva: World Health Organization, on behalf of the United Nations Inter-Agency Working Group on Violence Against Women Estimation and Data (UNICEF, UNFPA, UNODC, UNSD, UNWomen), 2018.

ZANELLO, V. *Saúde Mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação* (1a ed.). Curitiba: Appris, 2018.

Recebido em: 10/10/2023.

Aprovado em: 20/12/2023